



NOVOS INDÍCIOS DA INFLUÊNCIA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS PARA O PREDOMÍNIO DA NÃO-REALIZAÇÃO DO PRONOME REFLEXIVO NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

NEW EVIDENCE OF THE INFLUENCE OF LANGUAGE CONTACT FOR THE PREDOMINANCE OF THE NON-REALIZATION OF THE REFLEXIVE PRONOUN IN AFRO-BRAZILIAN PORTUGUESE

Jurgen Alves de Souza (UESB)¹
professorjurgen@hotmail.com

Jorge Augusto Alves da Silva (UESB/PPGLin)²
adavgvstvm@gmail.com

Jádilla Leite Moreira (UESB/PPGLin)³
jadylla_leite_moreira@hotmail.com

RESUMO: Um recente estudo acerca do uso do pronome *SE* em uma comunidade quilombola do interior da Bahia demonstrou que a não-realização do pronome reflexivo é a estratégia de reflexivização predominante e relacionou esse fato ao contato entre línguas ocorrido nos períodos colonial e imperial, reforçando as conclusões de outro estudo, realizado há quase uma década, acerca das estruturas reflexivas do português falado em quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior da Bahia. O presente artigo faz uma análise contrastiva dos dois estudos, a fim de verificar se os dados empíricos de ambos realmente corroboram a tese da influência do contato entre línguas para o predomínio não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro. Os resultados da análise mostraram que, nos dois estudos, a frequência de realização, o condicionamento linguístico e o condicionamento social confirmam uma relação direta entre o predomínio da não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro e o contato entre línguas ocorrido no passado. Além disso, os dois estudos apontam que há, atualmente, um processo de mudança em curso na direção ao incremento da realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro, revertendo a mudança ocorrida no passado que gerou o predomínio da não-realização.

PALAVRAS-CHAVE: Pronome reflexivo. Português afro-brasileiro. Contato entre línguas.

RESUMEN: Un estudio reciente sobre el uso del pronombre *SE* en una comunidad quilombola en el interior de Bahía demostró que la no realización del pronombre reflexivo es la estrategia de reflexivización predominante y relacionó este hecho con el contacto entre lenguas que ocurrió en la época colonial y imperial, reforzando las conclusiones de otro estudio, realizado hace casi una década, sobre las estructuras reflexivas del portugués hablado en cuatro comunidades rurales afrobrasileñas aisladas en el interior de Bahía. El presente artículo hace un análisis contrastante de los dos estudios, con el fin de verificar si los datos empíricos de ambos realmente corroboran la tesis de la influencia del contacto entre lenguas para el predominio de la no realización del pronombre reflexivo en el portugués afrobrasileño.

1 Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

2 Professor Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

3 Mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



Los resultados del análisis mostraron que, en ambos estudios, la frecuencia de realización, el condicionamiento lingüístico y el condicionamiento social confirman una relación directa entre el predominio de la no realización del pronombre reflexivo en el portugués afrobrasileño y el contacto entre lenguas que ocurrió en el pasado. Además, los dos estudios señalan que actualmente existe un proceso de cambio en marcha para incrementar la realización del pronombre reflexivo en el portugués afrobrasileño, revertiendo el cambio que ocurrió en el pasado y que generó el predominio de la no realización.

PALABRAS CLAVE: Pronombre reflexivo. Portugués afrobrasileño. Contacto entre lenguas.

1. INTRODUÇÃO

Os africanos trazidos para o território brasileiro como mão-de-obra escrava foram obrigados a aprender o português como segunda língua apenas de oitiva, em situação social adversa e com pouco acesso a modelos da língua alvo. Essa aquisição precária de uma segunda língua por uma coletividade de falantes adultos, sem instrutores ou escolas, e sua posterior socialização e nativização nessa coletividade é chamada de transmissão linguística irregular. Tal processo, quando intenso, desencadeia o surgimento de uma língua crioula, mas, quando leve, como foi o caso específico do Brasil, desencadeia o surgimento de uma nova variedade da língua alvo, marcada por profundos processos de variação em virtude da reestruturação parcial da gramática da língua adquirida durante o contato linguístico. É nesse cenário se insere o *português afro-brasileiro*, designação atribuída, segundo Lucchesi (2009a, p. 32), aos “padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência”.

Um dos processos de variação que caracterizam o português afro-brasileiro diz respeito à presença/ausência do pronome reflexivo. De acordo com Lucchesi e Baxter (2006), tal variação pode ser explicada pelo fato de a transmissão linguística irregular leve, responsável pela formação dessa variedade do português brasileiro, ter propiciado uma drástica redução no uso de morfemas gramaticais livres, como os pronomes reflexivos. Partindo, então, desse pressuposto, era necessário pesquisar acerca do uso do pronome reflexivo no português afro-brasileiro, a fim de verificar se haveria, de fato, um esperado predomínio da sua não-realização, procurando rastrear a possível



influência do contato entre línguas ocorrido nos períodos colonial e imperial para que essa estratégia de reflexivização se originasse e viesse a prevalecer no português falado em comunidades rurais afro-brasileiras. É nesse contexto, portanto, que se inserem os estudos realizados por Souza (2011) e Moreira (2020), os quais foram objeto da análise contrastiva que ora se apresenta.

Com o intuito de possibilitar uma reflexão crítica acerca do tema aqui abordado, o presente artigo foi organizado em três seções de desenvolvimento. A seção intitulada *O processo de formação do português afro-brasileiro* reflete sobre o fato de, nos primeiros séculos da colonização do Brasil, ter havido um contexto sociolinguístico bastante favorável ao contato entre línguas, destacando as contribuições da transmissão linguística irregular ocorrida nesse período para a formação do português afro-brasileiro. Por sua vez, a seção intitulada *O pronome reflexivo no português afro-brasileiro* reflete sobre as estratégias de reflexivização utilizadas nas mais diversas situações de contato entre línguas, destacando o estudo de Souza (2011) acerca do uso do pronome reflexivo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior da Bahia. Já a seção intitulada *Novos indícios da influência do contato entre línguas* reflete sobre o estudo de Moreira (2020) acerca do uso do pronome *SE* em uma comunidade quilombola do interior da Bahia, contrastando seus resultados com os obtidos por Souza (2011). Por fim, na conclusão, são apresentados os resultados da análise contrastiva, evidenciando os novos indícios, trazidos por Moreira (2020), da influência do contato entre línguas para o predomínio da não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro.

2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

2.1. O contexto sociolinguístico brasileiro nos primeiros séculos da colonização

De meados do século XVI a meados do século XVIII, parece ter havido no Brasil um contexto sociolinguístico muito favorável ao contato entre línguas, visto que



esse período foi marcado por um multilinguismo generalizado, que se caracterizava pelo uso da língua portuguesa nas poucas cidades existentes, de línguas indígenas no interior do país, de línguas gerais de base indígena em boa parte do território, de línguas francas africanas em alguns lugares e de variedades pidginizadas e crioulistas do português em locais mais isolados.

A língua portuguesa, embora fosse a língua do colonizador, ainda estava, de acordo com Mattos e Silva (2004), longe de ser hegemônica em todo o território brasileiro nos primeiros séculos da colonização, até porque, conforme demonstra Mussa (1991), o contingente de portugueses e seus descendentes não ultrapassava 30% da população do Brasil nesse período. Não por acaso, o uso da língua portuguesa restringiu-se às poucas cidades existentes, onde os colonizadores acabaram se concentrando, depois de dizimar diversos povos indígenas que habitavam a faixa litorânea. Essa realidade só começa a ser alterada a partir de 1757, com a política linguístico-cultural imposta pelo Marquês de Pombal, que, além de proibir o uso das línguas gerais de base indígena e das línguas francas africanas, deu à língua portuguesa *status* de oficial e tornou seu ensino obrigatório.

Por outro lado, estima-se que mais de 1.000 línguas indígenas, de acordo com Rodrigues (1986), eram faladas em todo o território brasileiro no início do processo de colonização, dentre as quais se destacam o tupi, falado em São Paulo, e o tupinambá, falado do Rio de Janeiro até a desembocadura do Rio Amazonas. Leite e Franchetto (2006) lembram, porém, que, durante os primeiros séculos da colonização, mais da metade das línguas indígenas acabou sendo extinta em virtude de um vertiginoso processo de extermínio e depopulação, por meio do qual boa parte da população nativa foi eliminada pelas guerras de extermínio, pelas epidemias de doenças europeias ou pela exploração violenta dos portugueses. Ressalta-se ainda que, na faixa litorânea que vai do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte, a destruição dos povos nativos – e conseqüentemente de suas línguas – foi quase total, restringindo o uso de línguas indígenas a regiões mais distantes das povoações.

Surgiram, então, três línguas gerais de base indígena, conforme atesta Argolo (2016), as quais eram variedades simplificadas do tupi e do tupinambá que acabaram se



tornando as línguas mais faladas em todo o território brasileiro durante os primeiros séculos da colonização. A Língua Geral de São Paulo, de base tupi, surgiu em meados do século XVI, a partir de uma população mameluca originada do contato dos índios tupi com os portugueses, sendo a língua popular na Capitania de São Vicente, de onde foi levada pelos bandeirantes para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e províncias do Sul, perdurando até o final do século XVIII. Por sua vez, a Língua Geral do Sul da Bahia, de base tupinambá, surgiu em meados do século XVI, a partir de uma população mameluca originada do contato dos índios tupinambá com os portugueses, sendo a língua popular nas Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro até o final do século XVIII. Já a Língua Geral da Amazônia, também de base tupinambá, surgiu no início do século XVII, a partir de uma população mameluca originada do contato dos índios tupinambá com os portugueses, sendo a língua popular em toda a província do Amazonas e em grande parte das províncias do Pará e do Maranhão até meados do século XIX.

Com a implementação da cultura agroexportadora do açúcar, ainda no século XVI, centenas de milhares de africanos, falantes de diversas línguas diferentes, foram trazidos como escravos ao Brasil, através do tráfico negreiro, para servirem de mão-de-obra nas lavouras de cana-de-açúcar. De acordo com Pessoa de Castro (2006), os africanos que vieram da África Ocidental – do Senegal à Nigéria – trouxeram as línguas do subgrupo Kwa, tais como iorubá, ibô, ewe, fon, nupe ou tapa, twi-fante, axante. Por sua vez, os africanos que vieram da África Banto – da linha do equador ao cone sul-africano – trouxeram as línguas do subgrupo Banto, tais como quimbundo, quicongo e umbundo. Contudo, observando os ciclos⁴ de importação de escravos, Petter (2006) conclui que os africanos de mesma etnia parecem não ter sido trazidos para o território brasileiro numa mesma época, sendo forçados a conviver aqui com africanos de etnias e línguas diferentes por um determinado tempo, o que teria possibilitado o surgimento, em algumas regiões, de línguas francas africanas para viabilizar a comunicação entre

⁴ De acordo com Mattoso (1979), há quatro ciclos de importação de escravos para o Brasil. O ciclo da Guiné, no século XVI, que trouxe escravos sudaneses, originários da África situada ao norte do Equador. O ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, que trouxe negros bantos. O ciclo da costa de Mina e da baía do Benin, no século XVIII, que trouxe novamente escravos sudaneses. O ciclo de Angola e Moçambique, no século XIX, que trouxe escravos de todas as regiões da África, principalmente desses dois países.



eles. Como essa mistura de etnias supostamente fazia parte da política portuguesa para impedir o desenvolvimento de revoltas e rebeliões, o uso de línguas francas africanas acabou se tornando um símbolo de resistência dos africanos e seus descendentes na luta contra a escravidão, chegando a ser proibido pelo Marquês de Pombal em 1757.

De acordo com Souza (2014), porém, a maioria dos africanos trazidos como escravos para o Brasil e espalhados pelo interior do país foi obrigada a adquirir, sem instrutores ou escolas, o português como segunda língua, a fim de se comunicar com seus senhores, com capatazes e com escravos de etnias diferentes. Lucchesi (2008) destaca que, como fruto do contato entre línguas, essa aquisição precária da língua portuguesa por africanos adultos, de maneira forçada e em condições adversas de aprendizado, desencadeou o surgimento de variedades pidginizadas e criouliçadas do português em comunidades rurais mais isoladas notadamente marcadas pela presença africana, tais como antigos quilombos ou comunidades originadas a partir de fazendas em que os africanos serviram de mão-de-obra escrava nos primeiros séculos da colonização. Esse português precariamente adquirido pelos escravos africanos e seus descendentes, chamado de português afro-brasileiro, acabou se disseminando por todo o país, especialmente após a abolição da escravatura ocorrida no final do século XIX, e forneceu os traços mais peculiares do português popular brasileiro, conforme atesta Mattos e Silva (2004).

2.2. A transmissão linguística irregular na formação do português afro-brasileiro

De acordo com Baxter e Lucchesi (1997), o conceito de transmissão linguística irregular estaria relacionado a processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente distintas, ocorridos entre os séculos XVI e XIX como consequência da ação do colonialismo europeu na África, na Ásia, na América e na Oceania. Essas situações de contato linguístico têm em comum o fato de os falantes das línguas do grupo dominado, em sua maioria adultos, serem forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, servindo o



resultado dessa aquisição precária de segunda língua como modelo para aquisição de língua materna das novas gerações de falantes.

A depender da situação de contato linguístico, a transmissão linguística irregular pode ser intensa ou leve. Assim, de acordo com Lucchesi (2003), a transmissão linguística irregular é intensa, resultando na formação de uma língua crioula, em situações mais radicais de contato linguístico, nas quais o número de falantes da língua do grupo dominante é muito inferior (até de 10%) e impossibilita que os falantes das línguas do grupo dominado tenham o acesso necessário a modelos da língua alvo. Por outro lado, a transmissão linguística irregular é leve, resultando na formação de uma nova variedade da língua do grupo dominante marcada por um amplo processo de variação, em situações menos radicais de contato linguístico, nas quais o número de falantes da língua do grupo dominante não é tão inferior (acima de 10%) e possibilita que os falantes das línguas do grupo dominado tenham o acesso minimamente necessário a modelos da língua alvo.

Na formação do português afro-brasileiro, variedade da língua portuguesa falada em comunidades rurais notadamente marcadas pela presença africana durante os primeiros séculos da colonização do Brasil, o que aconteceu, conforme atestam Lucchesi e Baxter (2009), foi uma transmissão linguística irregular leve. Por não apresentar as condições prototípicas das situações mais radicais de contato, houve apenas uma reestruturação parcial dos elementos gramaticais da língua alvo, fruto de processos embrionários de pidginização e criouliização, gerando – em lugar de uma língua crioula – uma variedade popular da língua portuguesa. Pode-se dizer, então, que o português afro-brasileiro mantém quase todo o arcabouço estrutural da língua portuguesa, modificado apenas pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, uma vez que não há, comparando-se com a gramática do português, a introdução de dispositivos originais, sendo as eventuais lacunas estruturais preenchidas gradativamente por dispositivos da própria língua portuguesa.

Lucchesi e Baxter (2006, p. 195) destacam que o processo de transmissão linguística irregular que deu origem ao português afro-brasileiro nos primeiros séculos



da colonização deixou marcas que ainda hoje se conservam no português popular brasileiro, sobretudo nos dialetos rurais, dentre as quais se destacam:

- (i) redução/eliminação de morfologia flexional do verbo e do nome, com consequências para os processos sintáticos a ela relacionados;
- (ii) redução/eliminação de morfemas gramaticais livres, tais como artigos, pronome clíticos, conectivos preposicionais, etc.;
- (iii) negação dupla descontínua (pré-verbal + final de oração) e simples (final de oração);
- (iv) oração relativa com “que” multifuncional e com cópia pronominal;
- (v) verbos com dois complementos que apresentem a seguinte estrutura argumental: verbo + complemento indireto não-preposicionado + complemento direto;
- (vi) não inversão da ordem sujeito-verbo nas orações interrogativas;
- (vii) formação reduzida da estrutura passiva em construções do seguinte tipo: sujeito em função de paciente + verbo transitivo de ação.

Contudo, apesar de a formação do português afro-brasileiro ter se dado por meio de uma transmissão linguística irregular leve, Lucchesi (2009b) ressalta que até mesmo elementos gramaticais com valor algum referencial podem eventualmente ser afetados, como ocorre com a variação no emprego da morfologia de subjuntivo, e que há a possibilidade, ainda que remota, de processos de gramaticalização e alteração paramétrica, como ocorre com a construção de objeto duplo, na qual se verifica um claro paralelo com as línguas crioulas.

Lucchesi (2009b), apresentando uma caracterização sociolinguística do português afro-brasileiro, afirma que as marcas mais características da influência do contato entre línguas na formação dessa variedade linguística podem ser notadas, ainda hoje, nas comunidades rurais afro-brasileiras mais isoladas. Essas marcas são mais nitidamente observadas na fala *de pessoas mais velhas* (as quais empregam com maior frequência as variantes representativas dos usos mais primitivos da comunidade), *de*



peças que nunca se ausentaram da comunidade (as quais apresentam baixo nível de influência de padrões linguísticos externos), *de peças do sexo feminino* (as quais preservam os padrões linguísticos mais primitivos por ficarem restritas geralmente ao ambiente doméstico e ao trabalho na roça) e *de peças que não tiveram qualquer contato com a escolarização* (as quais desconhecem totalmente as variantes de prestígio transmitidas pelo processo de educação formal).

Por outro lado, existe atualmente, conforme atesta Lucchesi (2009b), um processo de mudança em curso revertendo as mudanças induzidas pelo contato entre línguas ocorrido no passado, implementando no português afro-brasileiro marcas características dos padrões linguísticos dos grandes centros urbanos. Essas marcas são mais nitidamente observadas na fala *de peças mais jovens* (as quais empregam com maior frequência as variantes de prestígio oriundas dos padrões linguísticos urbanos), *de peças que viveram fora da comunidade por mais de seis meses* (as quais apresentam maior nível de influência dos padrões linguísticos urbanos), *de peças do sexo masculino* (as quais sofrem mais influência dos padrões linguísticos urbano por terem mais contatos externos à comunidade) e *de peças que tiveram um mínimo contato com a escolarização* (as quais tiveram algum acesso às variantes de prestígio transmitidas pelo processo de educação formal).

3. O PRONOME REFLEXIVO NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

3.1. A reflexivização nas diversas situações de contato entre línguas

O contato entre línguas, por meio do qual falantes adultos de línguas tipologicamente distintas são forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, costuma ocasionar transmissão linguística irregular, um processo caracterizado, segundo Lucchesi e Baxter (2009), pelo fato de elementos gramaticais da língua-alvo mais abstratos, sem valor referencial, com menor



funcionalidade comunicativa e com carga semântica mais tênue serem perdidos ou sofrerem ampla variação, a depender da intensidade da reestruturação gramatical.

Quando a transmissão linguística irregular é intensa, como ocorre na formação das línguas crioulas, os elementos gramaticais da língua-alvo que foram perdidos no início da reestruturação gramatical são reconstituídos durante a formação da nova língua através de processos de reanálise e relexificação, ocasionando a gramaticalização de itens originais para desempenhar as funções dos elementos que se perderam. Nesse caso, é possível afirmar que, em função do alto nível de erosão gramatical da língua-alvo, a partícula reflexivizadora é perdida no momento inicial do contato e depois um item lexical da língua alvo, geralmente o substantivo “corpo” ou o substantivo “cabeça”, passa a desempenhar a função da partícula que se perdeu, como ocorre nos crioulos do Golfo da Guiné, nos crioulos do Atlântico e no crioulo caboverdiano.

Os crioulos do Golfo da Guiné, de acordo com Hagemeyer (2009, p. 13-14), possuem várias estratégias de reflexivização, sendo a mais recorrente o uso de uma expressão anafórica crioula de origem Edo, cujo significado literal é *corpo*. Os crioulos do Atlântico, de acordo com Parkvall (2000, p. 57), também possuem várias estratégias de reflexivização, havendo uma preferência dos falantes pelo uso de uma expressão anafórica cujo significado literal é *corpo* ou *o nome de uma parte do corpo*. O crioulo caboverdiano, de acordo com Pratas (2002, p. 80-81), utiliza a expressão anafórica *kabesa* no contexto de reflexividade e a expressão anafórica *kunpanheru* no contexto de reciprocidade. (SOUZA, 2012, p. 3)

Contudo, Pratas (2002) ressalta que, quando o sujeito sintático não é simultaneamente agente e paciente da ação verbal, é comum ocorrer, no crioulo caboverdiano, ausência da expressão anafórica ou de qualquer elemento explícito que possa evidenciar o contexto de reflexividade, algo semelhante ao que predominantemente ocorre no português afro-brasileiro. A esse respeito, Lucchesi e Souza (2018, p. 470) ponderam que “o caboverdiano é considerado um crioulo menos radical do que os crioulos do Golfo da Guiné, e esse uso pode dar pistas para compreender como o contato entre línguas afetou o mecanismo da reflexivização na formação do português popular do Brasil”.

Quando, porém, a transmissão linguística irregular é leve, como ocorre na formação de novas variedades da língua-alvo, a gramaticalização de itens originais é



quase sempre suplantada pelo amplo processo de variação no uso dos elementos gramaticais da língua-alvo, especialmente nos contextos em que tais elementos não tiverem valor informacional ou apresentarem valor semântico mais abstrato. Nesse caso, é possível afirmar que, em função do baixo nível de erosão gramatical da língua-alvo, a partícula reflexivizadora não é perdida no momento inicial do contato, mas apresenta uma nítida alternância entre sua presença e sua ausência nas estruturas reflexivas que compõem essa nova variedade, como ocorre no português popular brasileiro.

Observa-se, contudo, uma diferença quantitativa entre esse processo menos intenso de reestruturação e o processo radical da criouliização, pois, neste último, mecanismos gramaticais sem valor informacional são virtualmente eliminados, enquanto na transmissão linguística irregular de tipo leve observa-se apenas um amplo processo de variação no uso desses mecanismos gramaticais, sem ocorrer a sua eliminação. [...] Essa compreensão do processo histórico da formação do PPB fornece a base para a hipótese que norteia esta análise do emprego dos pronomes reflexivos no português afro-brasileiro. (LUCCHESI; SOUZA, 2018, p. 468-469)

Seguindo essa linha de raciocínio, é muito provável, como afirmam Lucchesi e Souza (2018), que, durante o aprendizado precário do português como segunda língua por africanos escravizados e seus descendentes no Brasil, o pronome reflexivo não tenha se perdido definitivamente, uma vez que a reestruturação gramatical da língua-alvo foi parcial, sendo essa ampla variação no seu uso resultado dos processos de reanálise a que essa nova variedade da língua-alvo foi submetida. Como o português afro-brasileiro é, na visão aqui adotada, a variedade do português popular brasileiro mais afetada pelo contato entre línguas ocorrido em território brasileiro nos períodos colonial e imperial, é plausível considerar que a variação no uso do pronome reflexivo entre os falantes das comunidades rurais afro-brasileiras tenha sido desencadeada pela transmissão linguística irregular.



3.2. O uso do pronome reflexivo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras

Souza (2011), pesquisando acerca do uso do pronome reflexivo nas comunidades rurais afro-brasileiras de Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé⁵, aventou a hipótese de que, em comunidades que se originaram de agrupamentos de negros africanos trazidos como mão-de-obra escrava e que mantiveram um grau relativamente elevado de isolamento até a época em que os dados foram coletados, haveria uma tendência à não-realização do pronome reflexivo, em virtude de tal estratégia de reflexivização estar relacionada, como já mencionado anteriormente, à transmissão linguística irregular ocorrida no passado.

Depois da quantificação dos dados, constatou-se que, dentre as 1.002 ocorrências levantadas, houve 15% de realização e 85% de não-realização do pronome reflexivo, o que não só confirmava a hipótese norteadora da pesquisa como também fornecia uma forte evidência empírica em favor da influência do contato entre línguas para o surgimento desse processo de variação.

3.2.1. O condicionamento linguístico

O pacote de programas VARBRUL selecionou seis fatores linguísticos como condicionantes da realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro:

5 De acordo com Lucchesi *et al* (2009), a comunidade de Helvécia está localizada no município de Nova Viçosa, no extremo sul da Bahia, tendo sua origem por volta de 1818, a partir de uma colônia fundada por imigrantes europeus (alemães, franceses e suíços), os quais se deslocaram para essa região durante o século XIX e se dedicaram ao cultivo e exportação do café, utilizando-se da mão-de-obra escrava. Por sua vez, a comunidade de Cinzento está localizada no município de Planalto, na região sudoeste da Bahia, sendo remanescente de um quilombo formado por escravos fugidos do Arraial de Crioulos, na Chapada Diamantina, os quais se estabeleceram às margens do Rio Gavião nas primeiras décadas do século XIX. Já as comunidades de Rio de Contas estão localizadas no município de Rio de Contas, ao sul da Chapada Diamantina, e teriam sua origem relacionada aos sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro que trazia escravos da África, os quais se afastaram do litoral em busca de lugar seguro para se abrigarem, dando origem, no final do século XVII, ao pequeno *Arraial de Crioulos*. Por fim, a comunidade de Sapé está localizada no município de Valença, na região do Recôncavo Baiano, tendo sua origem relacionada a escravos que, no início do século XIX, chegaram à região para trabalhar nas fazendas do latifundiário Miguel Elia, dedicando-se ao cultivo da mandioca e à pecuária.



tipologia do pronome, papel temático do sujeito, animacidade do sujeito, concordância verbo-sujeito, tempo e modo do verbo, e pessoa do discurso.

Quanto à *tipologia de pronome*, a hipótese aventada Souza (2011) era a de que os pronomes com mais valor informacional tenderiam à realização e os pronomes com menos valor informacional tenderiam à não-realização. Com base nisso, classificou-se o pronome utilizado nas estruturas consideradas reflexivas a partir de seu valor informacional, ficando o reflexivo e o recíproco como [+ informacional], o passivo, o ergativo e o inacusativo como [+/- informacional] e o oblíquo, o inerente e o expletivo como [- informacional]. Os resultados mostraram que os pronomes reflexivo e recíproco (peso relativo **.91**), o pronome inerente (peso relativo **.83**) e o pronome expletivo (peso relativo **.64**) favorecem a realização, ao passo que os pronomes ergativo e passivo (peso relativo **.49**), o pronome inacusativo (peso relativo **.44**) e o pronome oblíquo (peso relativo **.37**) favorece a não-realização.

Confirmou-se a hipótese de que a utilização dos pronomes reflexivos/recíprocos, por possuírem mais valor informacional, constitui um contexto favorável à realização, como se pode observar nos exemplos em (1) e (2). Confirmou-se também a hipótese de que os pronomes oblíquos, por estarem entre os que possuem menos valor informacional, favorecem a não-realização, como se observar nos exemplos em (3) retirados do *corpus* analisado.

(1) a. *Do jeitinho que tava na cama, eu **me** arrumei* (CZ08)

b. [...] *cada um que **se** cuida* (HV07)

(2) a. *Eles num **se** fala mais não* (SP05)

b. [...] *eles **se** combina* (HV01)

(3) a. [...] *as pessoa num tem onde \emptyset segurá* (RC05)

b. *Eu num \emptyset alembro mais de nada* (SP09)

Todavia, contrariando a hipótese de que os pronomes com menos valor informacional tenderiam à não-realização, os pronomes inerente e expletivo se

mostraram favoráveis à realização, como se observa nos exemplos em (4) e (5). Cabe ressaltar, porém, que o pronome expletivo aparece quase que exclusivamente na expressão <IR (ou VIR) + EMBORA>, configurando-se uma situação de fórmula pronta, na qual o falante faz uso do clítico de maneira irrefletida. O pronome inerente, por sua vez, seria, de acordo com Faltz (1985) e Burzio (1986), indissociável do verbo, fazendo com que o falante compreenda a expressão <VERBO + PRONOME> como uma só palavra, o que explicaria a alta frequência de realização em uma gramática que tende a apagar o pronome que não tem valor informacional em estruturas consideradas reflexivas.

- (4) a. [...] *depois da medição, num tem que se queixá de nada* (HV12)
b. *Aqueles que se interessa mais, aqueles que faz mais força* (RC26)
- (5) a. *Arrumei as coisa e n'ôto dia fui me embora* (HV07)
b. [...] *eu falei que eu vinha me embora* (CZ01)

Quanto ao *papel temático do sujeito*, a hipótese aventada Souza (2011) era a de que sujeitos sintáticos com papel temático de paciente ou experienciador favoreceriam a realização do pronome reflexivo, pois sua ausência do poderia gerar o entendimento de que o sujeito fosse o agente da ação verbal e não o paciente. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicialmente levantada, o sujeito sintático com papel temático de experienciador (peso relativo **.62**) e o sujeito sintático com papel temático de paciente (peso relativo **.53**) favorecem a realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (6) e (7), ao passo que o sujeito sintático com papel temático de agente (peso relativo **.43**) favorece a não-realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (8).

- (6) a. [...] *eu num me importo* (SP05)
b. [...] *já me senti bem melhó* (HV04)

- (7) a. *Me opere* (HV04)



b. [...] *me* aposento e aí agora tem que dá pá remá todo mundo (CZ09)

(8) a. Aí depois ele \emptyset mudô daí e foi pra Conquista (CZ01)

b. Eles \emptyset casaro esse ano que 'cabô (RC04)

Quanto à *animacidade do sujeito*, a hipótese aventada Souza (2011) era a de que sujeitos sintáticos com traço semântico [+ humano] favoreceriam a realização do pronome reflexivo, uma vez que, em diversos estudos variacionistas, tal traço semântico costuma favorecer a marcação morfológica. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicialmente levantada, o sujeito sintático traço semântico [+ humano] (peso relativo .53) favorece a realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (9), ao passo que o sujeito sintático com traço semântico [- humano] (peso relativo .18) favorece a não-realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (10).

(9) a. Nisso aí eu num *me* aperto não (CZ11)

b. Esse tempo aí atrás gente *se* envolvia muito com roça, né? (RC05)

(10) a. Quano a raposa \emptyset levanta, ININT galinha passô no galinhêro (CZ12)

b. [...]o rio daí comé que \emptyset chama (HV13)

Quanto à *concordância verbo-sujeito*, a hipótese aventada Souza (2011) era a de que a aplicação da regra de concordância verbal favoreceria a realização do pronome reflexivo, uma vez que, de acordo com o *princípio de coesão estrutural* (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), o falante tende, num contexto de concorrência de gramáticas, a utilizar simultaneamente regras de uma mesma gramática em uma determinada porção da sentença. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicialmente levantada, a aplicação da regra de concordância verbal (peso relativo .56) favorece a realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (11), ao passo que a não aplicação da regra de concordância verbal (peso relativo .47) favorece a não-realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (12).



- (11) a. *Os mais véi já... já se fôro tudo* (RC24)
b. *Nós se ajuntêmo* (SP12)
- (12) a. *Aí quando terminô tudo, aí nós vêi Ø embora* (HV07)
b. *Eu num sei, cês Ø casa, mode cês sabê!* (CZ08)

Quanto ao *tempo e modo do verbo*, a hipótese aventada Souza (2011) era a de que os tempos verbais do subjuntivo e do imperativo favoreceriam a realização do pronome reflexivo, uma vez que apresentariam marcas morfológicas mais distintivas. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicialmente levantada, os tempos verbais do subjuntivo e do imperativo (peso relativo **.76**) favorecem a realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (13), ao passo que os verbos no infinitivo (peso relativo **.38**) favorecem a não-realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (14).

- (13) a. *Não é possível que esse ôto num se guie na mesma estrada* (RC08)
b. *[...] quem quisé lá que se danasse* (SP12)
- (14) a. *[...] no clube, assim, a gente vamo lá Ø divertí um pôco* (RC05)
b. *[...]vira lobisome pa chupá as criança sem Ø batizá* (SP05)

Quanto à *pessoa do sujeito*, a hipótese aventada Souza (2011) era a de que sujeitos na 3ª pessoa do singular ou do plural favoreceriam a não-realização do pronome reflexivo, já que, segundo Benveniste (2005 [1963]), a 3ª pessoa é considerada uma não-pessoa, por não possuir referência clara de pessoa e poder se combinar com qualquer referência de objeto. Os resultados mostraram que os sujeitos na 1ª pessoa do singular (peso relativo **.68**) e na 3ª pessoa do plural (peso relativo **.56**) favorecem a realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (15) e (16), ao passo que os sujeitos na 1ª pessoa do plural (peso relativo **.46**), na 3ª pessoa do singular (peso relativo **.39**) e na 2ª pessoa do singular ou do plural (peso relativo **.21**) favorecem a não-realização do pronome reflexivo, como se observa nos exemplos em (17), (18) e (19). Pode-se dizer, então, que a hipótese inicialmente levantada foi confirmada



parcialmente, pois, embora a 3ª pessoa do singular de fato tenha favorecido a não-realização, o mesmo não se aplica à 3ª pessoa do plural, provavelmente porque essa pessoa do sujeito apresente marcas morfológicas mais distintivas.

- (15) a. *Aí eu **me** casê...* (CZ06)
b. [...] *logo eu **me** acostumei tamém* (RC05)
- (16) a. *Eles saía pra **se** entendê um com ôtro* (HV12)
b. *Aí manda as criança **se** sentá* (CZ01)
- (17) a. [...] *nós veio \emptyset embora pa igreja* (CZ11)
b. *Depois nós \emptyset mudô pa cidade* (RC04)
- (18) a. *Se ele \emptyset enfezá, ele não sai não* (RC08)
b. *Agora, ela vai \emptyset aposentá por idade* (SP01)
- (19) a. *Pode \emptyset sentá, meninada!* (HV20)
b. *E tu \emptyset casô foi ni quê?* (CZ08)

3.2.2. O condicionamento social

O pacote de programas VARBRUL selecionou três fatores sociais como condicionantes da realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro: *sexo do informante, estada fora da comunidade e comunidade de informante*.

Quanto ao *sexo do informante*, a hipótese aventada por Souza (2011) era a de que, em virtude da configuração social das comunidades estudadas, falantes do sexo masculino tenderiam à realização e falantes do sexo feminino tenderiam à não-realização do pronome reflexivo. De acordo com Lucchesi (2009b), em comunidades rurais afro-brasileiras mais isoladas, os homens costumam estar mais inseridos no processo produtivo e na vida social, tendo um maior contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com os padrões linguísticos dos centros urbanos, enquanto as mulheres costumam ficar mais restritas ao universo doméstico e ao trabalho na roça,



preservando os usos linguísticos mais primitivos e, portanto, mais marcados pelos processos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicialmente levantada, os homens (peso relativo **.61**) tendem à realização, ao passo que as mulheres (peso relativo **.42**) tendem à não-realização do pronome reflexivo.

Quanto à *estada fora da comunidade*, a hipótese aventada por Souza (2011) era a de que, em virtude do acesso a padrões linguísticos e culturais externos, falantes que saíram da comunidade por mais de seis meses tenderiam à realização e falantes que nunca saíram da comunidade tenderiam à não-realização do pronome reflexivo. Lucchesi (2009b) ressalta que alguns indivíduos dessas comunidades costumam passar um tempo fora para trabalhar, seja em grandes centros urbanos ou em regiões agrícolas mais desenvolvidas, o que permitiria maior acesso aos padrões linguísticos e culturais externos e influenciaria no uso de estruturas linguísticas oriundas de centros urbanos. Por outro lado, indivíduos que nunca se ausentaram da comunidade costumam a preservar os usos linguísticos mais primitivos e, conseqüentemente, mais marcados pelos processos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicialmente levantada, falantes que saíram da comunidade por mais de 6 meses (peso relativo **.59**) tendem à realização, ao passo que falantes que nunca saíram da comunidade (peso relativo **.44**) tendem à não-realização do pronome reflexivo.

Quanto à *comunidade do informante*, a hipótese aventada por Souza (2011) era a de que, em virtude do grau de isolamento em relação aos centros urbanos, comunidades que se mantiveram menos isoladas tenderiam à realização e comunidades que se mantiveram mais isoladas tenderiam à não-realização do pronome reflexivo. De acordo com Lucchesi (2009b), as comunidades com maior grau de isolamento até o momento da coleta dos dados provavelmente ainda conservam marcas linguísticas oriundas do contato entre línguas ocorrido no passado, enquanto as comunidades com menor grau de isolamento até o momento da coleta dos dados provavelmente tenham assimilado marcas linguísticas oriundas de centros urbanos. Os resultados mostraram que as comunidades de Sapé (peso relativo **.72**) e Helvécia (peso relativo **.55**) tendem à



realização, ao passo que as comunidades de Rio de Contas (peso relativo **.43**) e Cinzento (peso relativo **.33**) tendem à não-realização do pronome reflexivo. Pode-se dizer, então, que a hipótese inicialmente levantada foi confirmada parcialmente, pois, embora Helvécia e Cinzento sejam as comunidades mais isoladas, apenas esta tende de fato à não-realização, enquanto aquela, apesar de apresentar, segundo Ferreira (1984), aspectos mais profundamente afetados pelo contato entre línguas, tende à realização do pronome reflexivo. Por outro lado, Rio de Contas, cujos arraiais estão no meio termo em relação ao isolamento, tende à não-realização, enquanto Sapé, que é a comunidade menos isolada e está geograficamente mais próxima de Salvador, tende, como já era esperado, à realização do pronome reflexivo.

Embora a *faixa etária do informante* não tenha sido selecionada pelo pacote de programas VARBRUL como um fator condicionante da realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro, Souza (2011) chama a atenção para o fato de que os falantes mais novos tendem à realização, ao passo que os falantes mais velhos tendem à não-realização do pronome reflexivo, dando indícios, conforme atestam Lucchesi e Souza (2018), de que existe, atualmente, um processo de mudança em curso que, por conta da difusão dos padrões linguísticos dos grandes centros urbanos, estaria revertendo a mudança linguística ocorrida no passado, a qual teria reduzido profundamente o uso do pronome reflexivo com menos valor informacional.

Essa análise revelou um processo de mudança em progresso no sentido do incremento do uso dos pronomes reflexivos nessas comunidades, o que corrobora a visão de que a mudança que, na formação histórica dessas comunidades, reduziu o uso do pronome reflexivo estaria sendo revertida agora em função do nivelamento linguístico no qual os padrões linguísticos hegemônicos nos grandes centros urbanos estariam se difundindo para todas as regiões do país, conforme sistematizado por Lucchesi (2001 e 2015), em sua formulação da polarização sociolinguística do Brasil. (LUCCHESI; SOUZA, 2018, p. 482)

Assim, é possível afirmar que os resultados obtidos apontam para uma possível mudança em curso no sentido de, mitigando os efeitos da transmissão linguística irregular ocorrida nos períodos colonial e imperial, incrementar o uso do pronome reflexivo no português afro-brasileiro. De acordo com Souza (2011), essa mudança linguística atual estaria sendo liderada por falantes mais jovens, do sexo masculino, oriundos de



comunidades menos isoladas e que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses.

4. NOVOS INDÍCIOS DA INFLUÊNCIA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS

4.1. O uso do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs

Moreira (2020), pesquisando acerca do uso do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs⁶, aventou a hipótese de que, nessa comunidade remanescente de um quilombo formado por africanos fugidos de fazendas onde serviam de mão-de-obra escrava, haveria uma concorrência entre duas gramáticas com características distintas, uma com fortes traços do contato entre línguas ocorrido no passado e outra com traços de variedade popular não-marcada etnicamente, sendo bastante provável um predomínio da não-realização do pronome SE, variante relacionada a um processo pretérito de transmissão linguística irregular.

Depois da quantificação dos dados, constatou-se que, dentre as 184 ocorrências levantadas, houve 22,8% de realização e 77,2% de não-realização do pronome SE, o que corrobora a linha argumentativa já defendida por Souza (2011) acerca do comportamento do pronome reflexivo no português afro-brasileiro, cuja frequência foi de 15% de realização e 85% de não-realização, fornecendo mais uma forte evidência empírica em favor da influência do contato entre línguas para o surgimento desse processo de variação.

6 De acordo com Dutra (2007), a comunidade de Rio das Rãs está localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no Oeste da Bahia, tendo sua origem relacionada a escravos aquilombados que, em meados do século XVII, fugiram das fazendas do sertão baiano e se fixaram à margem direita do Rio São Francisco, próximo a um de seus afluentes, dedicando-se ao cultivo da mandioca. No início do século XIX, o território da comunidade passou a ser disputado por inúmeros grileiros e posseiros, até que, em 1850, o coronel Deoclesiano Teixeira se apossou das terras, transformou-as em uma fazenda e fez um acordo com os antigos moradores, permitindo que eles continuassem no local, desenvolvessem atividades agrícolas para subsistência e conservassem suas tradições religiosas e culturais, desde que os homens da comunidade trabalhassem para ele na lida com o gado. Contudo, nas últimas décadas do século XX, a comunidade voltou a estar no centro de violentos conflitos territoriais, impulsionando a mobilização política que deu aos moradores o respaldo jurídico para reivindicarem seus direitos e afirmarem sua cidadania, o que culminou, em 2000, com o reconhecimento da comunidade como território quilombola e com o título de posse das terras.



Se a simples constatação do processo de variação *realização vs. não-realização* do pronome SE já revelava a existência de duas gramáticas na comunidade de Rio das Rãs, o predomínio da não-realização, variante associada ao processo de transmissão linguística irregular, apontou para o fato de o português afro-brasileiro ser a variedade popular mais fortemente afetada pelo contato entre línguas ocorrido nos períodos colonial e imperial, como atestam Lucchesi e Souza (2018) acerca da não-realização do pronome reflexivo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras.

Dentro da visão aqui adotada, o português afro-brasileiro, por suas particularidades sócio-históricas, seria a variedade do português popular que mais teria sido afetada pelo contato entre línguas, particularmente no caso de comunidades quilombolas, bem como de agrupamentos de escravos libertados que se conservaram em localidades mais remotas das propriedades de seus antigos senhores. Por se situarem nessas regiões mais remotas do interior do país, mantiveram em certo isolamento até recentemente, conservando os aspectos de sua fala que foram mais afetados pelo contato linguístico. (LUCCHESI; SOUZA, 2018, p. 471)

No que tange ao condicionamento da realização do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs, o pacote de programas VARBRUL selecionou dois fatores linguísticos e dois fatores sociais, os quais foram analisados por Moreira (2020), contrastando seus resultados com os resultados obtidos por Souza (2011).

4.1.1. O condicionamento linguístico

Os dois fatores linguísticos selecionados pelo pacote de programas VARBRUL como condicionantes da realização do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs foram *tipo de SE* e *pessoa do sujeito*.

.Quanto ao *tipo de SE*, a hipótese aventada por Moreira (2020), amparando-se em Souza (2011), era a de que os pronomes com mais valor informacional tenderiam à realização do SE e os pronomes com menos valor informacional tenderiam à não-realização do SE. Com base nisso, classificou-se o pronome SE utilizado nas estruturas consideradas reflexivas a partir de seu valor informacional, ficando o reflexivo e o recíproco como [+ informacional], o passivo como [+/- informacional] e o inerente e o



expletivo como [– informacional]. Os resultados mostraram que o SE inerente (peso relativo **.85**), o SE expletivo (peso relativo **.75**), o SE reflexivo (peso relativo **.57**) e o SE passivo (peso relativo **.52**) favorecem a realização, ao passo que apenas o SE recíproco (peso relativo **.32**) favorece a não-realização.

Confirmou-se, em parte, a hipótese defendida por Moreira (2020), de que a utilização dos clíticos argumentais – reflexivo e recíproco – constitui um contexto favorável à realização por possuírem mais valor informacional, embora os resultados mostrem que o SE reflexivo tenha favorecido a realização, como se observa nos exemplos em (20), e o SE recíproco tenha favorecido a não-realização, como se observa nos exemplos em (21). Por outro lado, não se confirmou a hipótese defendida por Moreira (2020) de que a utilização dos clíticos com menos valor informacional – inerente e expletivo – constitui um contexto favorável à não-realização, já que os resultados mostram que tanto o SE inerente, como se observa nos exemplos em (22), quanto o SE expletivo, como se observa nos exemplos em (23), foram os que mais favoreceram a realização. Recorrendo à ponderação de Souza (2011) a respeito do pronome expletivo, Moreira (2020) afirma que, nos dados da comunidade quilombola de Rio das Rãs, o SE expletivo aparece quase que exclusivamente na expressão <IR (ou VIR) + EMBORA>, configurando, dessa forma, uma situação de fórmula pronta, na qual o falante faz uso do clítico de maneira irrefletida.

(20) a. [...] *brincava lá de se esconder no mato* (IAN-1-M)

b. [...] *ele tá se destruindo* (AFS-1-F)

(21) a. [...] *a gente Ø enroscou lá na despensa* (GFS-1-M)

b. [...] *eles tinha que Ø casar obrigado* (DAO-2-F)

(22) a. *Ela se queixou de dor de cabeça* (VAS-3-F)

b. [...] *you se torna ali uma família* (AFS-1-F)

(23) a. [...] *e ele foi-se embora* (TFS-2-M)

b. [...] *uns foi-se embora pra São Paulo* (IAN-1-M)

Quanto à *pessoa do sujeito*, a hipótese aventada por Moreira (2020) era a de que as pessoas do sujeito *a gente* e *você(s)* favoreceriam a realização do SE e a 3ª pessoa do sujeito favoreceria à não-realização do SE. Os resultados mostraram que a pessoa do sujeito *você(s)* (peso relativo **.68**) favorece a realização, ao passo que a pessoa do sujeito *a gente* (peso relativo **.47**) e a 3ª pessoa do sujeito (peso relativo **.46**) favorece a não-realização. Dessa forma, confirmou-se, em parte, a hipótese defendida por Moreira (2020), pois a pessoa do sujeito *você(s)* de fato favorece a realização do SE, como se observa nos exemplos em (23), e a 3ª pessoa do sujeito de fato favorece a não-realização do SE, como se observa nos exemplos em (24), mas a pessoa do sujeito *a gente*, ao contrário do que se supunha, favorece a não-realização do SE, como se observa nos exemplos em (25). Em Souza (2011), ao contrário dos resultados obtidos por Moreira (2020) a 3ª pessoa do singular (peso relativo **.56**) favorece a realização do pronome reflexivo, ao passo que a 1ª pessoa do plural – que inclui *a gente* – (peso relativo **.46**), a 3ª pessoa do singular (peso relativo **.39**) e a 2ª pessoa do singular e do plural – equivalente a *você* e *vocês* – (peso relativo **.21**) favorecem a não-realização do pronome reflexivo.

(24) a. [...] *cê não pode se inzolar* (IAN-1-M)

b. [...] *às vez, você vai se assustar* (AFS-1-F)

(25) a. *Aí ela Ø casou com um cara de fora* (GFS-1-M)

b. [...] *aí quando é sete hora as muié Ø levanta* (TFS-2-M)

(26) a. [...] *a gente Ø deitava e drumicia os pé* (GFS-1-M)

b. [...] *a gente Ø mudou praqui pra caatinga* (TFS-2-M)

4.1.2. O condicionamento social

Os dois fatores sociais selecionados pelo pacote de programas VARBRUL como condicionantes da realização do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs foram *sexo do informante* e *estada fora da comunidade*.



Quanto ao *sexo do informante*, a hipótese aventada por Moreira (2020) era a de que falantes do sexo feminino, por terem um comportamento linguístico mais conservador e procurarem se aproximar mais da norma de prestígio, tenderiam à realização do SE e falantes do sexo masculino tenderiam à não-realização do SE. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicial, as mulheres (peso relativo **.60**) tendem à realização, ao passo que os homens (peso relativo **.40**) tendem à não-realização. Souza (2011), ao contrário, defendeu e comprovou a hipótese de que falantes do sexo masculino (peso relativo **.61**) tenderiam à realização do pronome reflexivo e falantes do sexo feminino (peso relativo **.42**) tenderiam à não-realização do pronome reflexivo, visto que, nas comunidades por ele estudadas, os homens estão mais envolvidos no processo produtivo e na vida social, o que o permite um maior contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com os padrões linguísticos dos centros urbanos, enquanto as mulheres ficariam mais restritas ao universo doméstico e ao trabalho na roça, o que permite a preservação dos usos linguísticos mais marcados pelos processos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala. Moreira (2020) desconsidera tal hipótese, por entender, amparada nos relatos de historiadores como Dutra (2007), que as mulheres da comunidade quilombola de Rio das Rãs já estão inseridas no processo produtivo e na vida social tanto quanto os homens, não ficando restritas ao universo doméstico e ao trabalho na roça, o que também as coloca em contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com os padrões linguísticos dos centros urbanos.

Quanto à *estada fora da comunidade*, a hipótese aventada por Moreira (2020), amparando-se em Souza (2011), era a de que falantes que saíram da comunidade por mais de seis meses tenderiam à realização do SE, uma vez que essa estada fora permitiria maior acesso aos padrões linguísticos e culturais externos, influenciando no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos. Os resultados mostraram que, confirmando a hipótese inicial, falantes que se ausentaram da comunidade por mais de 6 meses (peso relativo **.55**) tendem à realização, ao passo que falantes que nunca se ausentaram da comunidade (peso relativo **.35**) tendem à não-realização, já que permanecer na comunidade possibilita a preservação dos usos linguísticos mais



primitivos e, conseqüentemente, mais marcados pelos processos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala. Essa mesma hipótese também foi confirmada por Souza (2011), com falantes que se ausentaram da comunidade por mais de 6 meses (peso relativo .59) tendendo à realização do pronome reflexivo e falantes que nunca se ausentaram da comunidade (peso relativo .44) tendendo à não-realização do pronome reflexivo.

Apesar de a *faixa etária do informante* não ter sido selecionada pelo pacote de programas VARBRUL como um fator condicionante da realização do SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs, Moreira (2020) chama a atenção para o fato de que, semelhantemente ao que ocorre na pesquisa de Souza (2011), os falantes mais novos tendem à realização, enquanto os falantes mais velhos tendem à não-realização do SE. Tal constatação é um indício da existência de um processo de mudança em curso no sentido de incrementar o uso do SE na comunidade de fala estudada, revertendo a mudança linguística ocorrida no passado por meio da transmissão linguística irregular. Pode-se dizer, então, que a atual mudança linguística seria liderada por falantes mais jovens, do sexo feminino e que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses.

CONCLUSÃO

Depois de Souza (2011) ter apresentado evidências empíricas de que o predomínio da não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro era fruto da transmissão linguística irregular ocorrida durante a formação das comunidades rurais afro-brasileiras por ele estudadas, Moreira (2020), em sua pesquisa sobre o uso do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs, traz novos indícios de que a não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro, predominante também na comunidade por ela estudada, estaria de fato relacionada ao contato entre línguas ocorrido durante os períodos colonial e imperial.

Um indício trazido por Moreira (2020) a favor da influência do contato entre línguas para o predomínio da não-realização do pronome reflexivo no português afro-



brasileiro estaria relacionado à frequência de 77,2% de não-realização do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs. Esse percentual, relativamente próximo dos 85% de não-realização do pronome reflexivo que Souza (2011) havia constatado nas comunidades rurais afro-brasileiras de Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé, corrobora a tese de que, no processo de transmissão linguística irregular leve que teria ocorrido durante a formação do português afro-brasileiro, a partícula reflexivizadora não se perdeu, mas passou a ser suprimida da estrutura reflexiva nos casos em que não possuísse valor informacional.

Outro indício trazido por Moreira (2020) a favor da influência do contato entre línguas para o predomínio da não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro estaria relacionado aos fatores linguísticos que condicionam o uso do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs. Constatou-se que a não-realização do pronome SE nessa comunidade é desfavorecida quando o pronome for do tipo reflexivo, por figurar entre os que possuem mais valor informacional, e é favorecida quando a pessoa do sujeito for a 3ª pessoa, por não possuir referência clara de pessoa e poder se combinar com qualquer referência de objeto. Tais constatações guardam alguma semelhança com o que havia sido constatado por Souza (2011), embora, nas comunidades rurais afro-brasileiras de Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé, a não-realização seja igualmente desfavorecida quando o pronome for do tipo recíproco, por também figurar entre os que possuem mais valor informacional, e seja desfavorecida quando a pessoa do sujeito for a 3ª pessoa do plural, por apresentar marcas morfológicas mais distintivas.

Mais um indício trazido por Moreira (2020) a favor da influência do contato entre línguas para o predomínio da não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro estaria relacionado aos fatores sociais que condicionam o uso do pronome SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs. Constatou-se que a não-realização do pronome SE nessa comunidade é favorecida por falantes mais suscetíveis ao uso da variante não-padrão oriunda do contato entre línguas (os homens, no caso dessa comunidade) e que não tiveram contato com padrões linguísticos urbanos (aqueles que nunca se ausentaram da comunidade). Tais constatações não são muito diferentes do



que havia sido constatado por Souza (2011), exceto pelo fato de, nas comunidades rurais afro-brasileiras de Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé, os falantes mais suscetíveis ao uso da variante não-padrão oriunda do contato entre línguas serem as mulheres, visto que, nessas comunidades, elas estariam mais restritas ao ambiente doméstico e ao trabalho na roça, preservando usos mais marcados pela transmissão linguística irregular ocorrida no passado.

Merece destaque o fato de que Souza (2011) e Moreira (2020) apontam igualmente para a possível existência de um processo de mudança em curso em direção ao incremento da realização do pronome reflexivo, visto que os falantes mais novos tendem à realização, enquanto os falantes mais velhos tendem à não-realização. Essa mudança linguística atual estaria revertendo a que ocorreu no passado por meio da transmissão linguística irregular e teria sido responsável pelo predomínio, ainda hoje, da não-realização do pronome reflexivo no português afro-brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARGOLO, Wagner. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. **Revista Papia**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 7-52, 2016.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005 [1963].
- BURZIO, L. **Italian Syntax**. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982- 2004)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FALTZ, Leonard M. **Reflexivization: a study in Universal Syntax**. New York: Garland, 1985.
- FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. **Diversidade do português do Brasil**. Salvador: Edufba, 1984, p. 21-32.
- HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 1-27, 2009.



LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 15-61.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 151-180.

LUCCHESI, Dante. Introdução. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009a, p. 27-37.

LUCCHESI, Dante. Conclusão. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009b, p. 513-545.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de crioulição na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, Dante *et al.* O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 75-100.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009, p. 125-153.

LUCCHESI, Dante; SOUZA, Jurgen Alves de. A variação no uso do pronome reflexivo no português afro-brasileiro como resultado de mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado. **Revista Diadorim**, v. 20, edição especial, p. 458-488, 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.



MOREIRA, Jádilla Leite. **O pronome SE na sócio-história do português popular do Brasil**: um estudo sociolinguístico do vernáculo da comunidade quilombola do Rio das Rãs. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

PARKVALL, Mikael. **Out of Africa**: African influences in Atlantic Creoles. Londres: Battlebridge Publications, 2000.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 81-116.

PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano**. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas Indígenas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1986.

SOUZA, Jurgen Alves de. **As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SOUZA, Jurgen Alves de. O apagamento do clítico reflexivo no caldeirão do contato entre línguas. **Revista Inventário**, v. 1, n. 11, p. 1-15, 2012.

SOUZA, Jurgen Alves de. A não-realização do clítico reflexivo no português afro-brasileiro. **Web-Revista Sociodialeto**, v. 4, n. 10, p. 1-19, 2013.

SOUZA, Jurgen Alves de. O papel do contato entre línguas na constituição sócio-histórica do português brasileiro. **Revista Inventário**, v. 1, n. 14, p. 1-19, 2014.

Recebido em: 22/10/2020 | Aprovado em: 15/12/2020.
